METROVIÁRIOS DO BRASIL

Publicação da Federação Nacional dos Metroviários — Fenametro — ano 4 — nº 27 — Setembro de 2009

Fenametro é contra acordo que disfarça o Fator Previdenciário

Contrariando o interesse dos trabalhadores brasileiros, da ativa e aposentados, o Governo Federal fechou um acordo com a CUT, a Força Sindical, a UGT e a CGTB, que prevê, com pequenas alterações, a continuidade do Fator Previdenciário, por meio do Fator 85/95 – um mecanismo que reduz o valor das aposentadorias.

Diante disso, ao lado da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), da Nova Central Sindical, da COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) e do FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores) – entidades que participavam do fórum unificado das centrais nas negociações no Congresso Nacional, mas se recusaram a participar do acordo – além de outras organizações que também se posicionam contrários a essa medida, como a Intersindical e a Conlutas, a Fenametro vai reforçar a luta que tem realizado para garantir a extinção do Fator Previdenciário.

O momento é de unirmos todo o apoio político e popular possíveis para evitar a aprovação do projeto que o relator Pepe Vargas, em nome do governo, deve apresentar em breve. A pressão deve incluir o envio da carta que está disponível no site www.fenametro.org.br aos deputados federais, na qual enfatizamos o apoio ao projeto do senador Paulo Paim (PT/RS), que acaba com o redutor das aposentadorias para quem se torna apto a solicitar o benefício com menos idade.

Além disso, a direção da Fenametro está confeccionando um adesivo para ser usado por toda a categoria no dia que antecede a votação no Congresso Nacional.

Antonio Cruz/ABr

Representantes das centrais sindicais brasileiras no Congresso

Proposta não atende trabalhadores

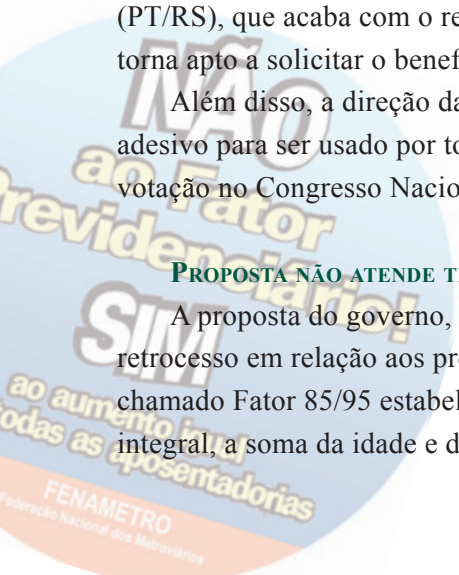
A proposta do governo, que tem o aval daquelas centrais, é um retrocesso em relação aos projetos em tramitação no Congresso. O chamado Fator 85/95 estabelece que, para obter o direito à aposentadoria integral, a soma da idade e do tempo de contribuição do trabalhador deve completar 95 anos, enquanto a trabalhadora deve atingir, pela mesma conta, 85 anos.

Deste modo, um assalariado que teve a carteira assinada aos 20 anos de idade e conseguisse acumular 35 anos ininterruptos de contribuição teria então 55 anos e ainda não satisfaria o critério do governo. Somando a idade com o tempo de contribuição, esse trabalhador contaria 90 anos. Teria de trabalhar e contribuir pelo menos mais dois anos e meio para conseguir a aposentadoria integral.

Reajuste das aposentadorias

A proposta do governo apresentada às centrais prevê também a correção das aposentarias pelo índice da inflação mais 50% da taxa de crescimento da economia nacional. Mas outro projeto do senador Paim, aprovado no Senado por unanimidade, atende melhor os interesses dos aposentados e pensionistas, ao propor que eles recebam o mesmo percentual dado ao salário mínimo (inflação mais a variação do PIB).

Portanto, esse é mais um motivo para reafirmamos às centrais sindicais, que fizeram esse acordo, que os metroviários continuam contra qualquer tipo de negociação que represente perdas para os aposentados e pensionistas e a manutenção do Fator Previdenciário, que prejudica todos os trabalhadores. Nossa luta continua!



EDITORIAL

Acordo com o governo mantém prejuízo aos trabalhadores

As centrais sindicais brasileiras vinham caminhando juntas em lutas essenciais para os trabalhadores. Com essa unidade, o resultado não poderia ter sido outro senão a conquista de vitórias importantes, como a aprovação do projeto de lei da redução da jornada de trabalho na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que não poderá mais ser arquivado.

A Jornada Nacional de Lutas, realizada no dia 14 de agosto, é outro exemplo de como o trabalho conjunto reflete em maior participação da sociedade e maior visibilidade das reivindicações da classe trabalhadora e da população.

Seria de se esperar, portanto, que as centrais não cedessem à pressão do governo e mantivessem a mesma atuação durante as negociações pelo fim do Fator Previdenciário – fundamental para evitar que o trabalhador tenha prejuízos quando for se aposentar por tempo de contribuição e por idade.

No entanto, não foi o que vimos. Num acordo costurado com o governo, a CUT, a Força Sindical, a UGT e a CGTB acenaram positivamente à proposta que altera as regras para a aposentadoria, instituindo o Fator 85/95, que minimiza, mas não extingue o Fator Previdenciário. Com isso, um projeto de lei com as mudanças deve ser apresentado em breve ao Congresso.

Ao abrir mão de colocar fim a um mecanismo que reduz drasticamente o valor das aposentadorias, essas centrais ajudam o governo a impedir os avanços aos direitos previdenciários previstos nos projetos em tramitação no Congresso.

Apesar da luta histórica travada há anos pelo fim do Fator Previdenciário, essas centrais resolveram optar por um projeto que fará com que dificilmente o trabalhador consiga se aposentar antes dos 70 anos de idade.

Diante disso, mais uma vez a Fenametro reitera seu apoio ao projeto do senador Paulo Paim (PT/RS), que acaba com o redutor das aposentadorias, e reafirma sua contrariedade à proposta do Fator 85/95.

A Federação lamenta também a postura dessas centrais, que abriram mão da unidade numa luta que garante um benefício imprescindível para os trabalhadores. Continuará ainda sua jornada contra o Fator Previdenciário, junto com todas as centrais e organizações de trabalhadores, aposentados ou não, que não cederam aos falsos argumentos do Governo Federal e estão se mobilizando para pressionar a Câmara dos Deputados.

FIQUE POR DENTRO

As dificuldades criadas pela Emenda nº 45

Desde que a Emenda Constitucional nº 45/2004, que promoveu uma reforma no Judiciário, entrou em vigor, muitas categorias têm encontrado enorme dificuldade de negociar e fechar um acordo coletivo. Esse é o caso dos metroviários do Rio de Janeiro que, desde 2004, não conseguem entrar em acordo com a Rio Trilhos.

A empresa se utiliza de uma cláusula da emenda para impedir o julgamento dos dissídios coletivos. De acordo com o artigo 114, "recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica." Com isso, além da Rio Trilhos, muitas empresas se negam a ajuizar o dissídio, impossibilitando, assim, o fechamento do acordo coletivo

Para o diretor de Assuntos Previdenciários da Fenametro, Ariston Siqueira dos Santos, a emenda praticamente condena as categorias, como os metroviários da Rio Trilhos, que não têm condições de realizar movimentos mais radicais, a ficarem sem acordo coletivo.

Apesar de o TST (Tribunal Superior do Trabalho) e de alguns tribunais regionais já adotarem posturas diferentes, marcando o julgamento sem que as partes estejam de acordo, o diretor afirma que é preciso pressionar o STF (Supremo Tribunal Federal) para dar andamento a cinco Adin's (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) que tramitam sobre o tema.

Para cobrar uma ação do STF sobre as Adin's, a Fenametro, junto aos demais sindicatos de metroviários que enfrentam o mesmo problema, vai acionar as centrais sindicais e avaliar qual a melhor forma de interceder junto à Justiça, para agilizar esses julgamentos.

Campanha Salarial dos Estados

>> Rio de Janeiro

O acordo coletivo dos metroviários da Rio Trilhos continua nas mãos do governo para ser apreciado. Desde 2004, a categoria enfrenta dificuldades e não consegue fechar o dissídio devido à famigerada Emenda nº 45 (Leia mais na pág. 2).
Já a empresa privada MetrôRio, ofereceu reajuste salarial de 6% aos trabalhadores, mas mantém a postura impositiva com relação ao PPLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados). O Sindicato entrou na Justiça e, numa audiência de conciliação, a desembargadora propôs que fossem marcadas de imediato as datas para as reuniões que vão discutir a forma de implantação do PPLR. A primeira aconteceu no dia 31/8 e a última deve ser realizada até o dia 30/11. Caso a empresa deixe de realizar alguma reunião, pagará multa de R$ 50 por dia de atraso e por funcionário.

>> Piauí

O governo do Estado havia autorizado o reajuste salarial de cerca de 12% para quem ganha R$ 415, e aumento de 5,96% para quem ganha acima deste valor. No entanto, a Secretaria de Administração não aplicou o índice na folha de pagamento dos metroviários do Piauí. Com isso, continua pendente, além do valor do tíquete alimentação, o reajuste salarial.

>> São Paulo

Após negociações sobre o Plano de Carreira da área operacional, o Metrô se comprometeu a reavaliar a proposta que tramita no Codec (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), com o objetivo de unificar as carreiras “estação” e “movimento”. Isso possibilitaria a ascensão profissional dos metroviários operativos.
O Sindicato está reivindicando que os funcionários da segurança operacional também sejam integrados na proposta.
O Metrô, no entanto, alegando urgência na reposição do quadro, vai manter o concurso externo para operador de trem, mas garantiu que este será o último concurso para o cargo de OT. Caso a empresa concretize o que até agora é só declaração de intenção, as próximas contratações por meio de concurso público serão somente para os cargos base da GOP, isto é, Agente de Estação e Agente de Segurança, conforme reivindicação da categoria.

>> Rio Grande do Sul

Após a publicação do acórdão com questões a serem esclarecidas sobre o dissídio coletivo, o Sindicato entrou com os embargos declaratórios para dirimir as dúvidas.
A empresa, sem esperar a decisão final da Justiça, descontou os dias de greve na folha de pagamento, medida que só foi impedida graças à uma liminar conseguida pelo Sindimetrô-RS. Além disso, a Trensurb reapresentou a proposta inicial das negociações e, sem consultar o Sindicato, apresentou aos trabalhadores uma nova proposta de SIRD (Sistema de Remuneração e Desenvolvimento).
Em assembleia realizada no dia 8/9, os trabalhadores recusaram a proposta e vão aguardar o julgamento do embargo no TRT.
O Sindicato entrou com ação na Justiça para conseguir uma liminar que impeça mais uma arbitrariedade da empresa, que, unilateralmente, suspendeu as liberações sindicais, impedindo os dirigentes de fazer seu trabalho de base. Até agora a Justiça não se manifestou.

>> Fortaleza

Ainda não foi fechado o acordo com o Sindicato dos Ferroviários, mas o reajuste já foi incluído na Folha de Pagamento. O acordo está sendo fechado com o Sindicato dos Ferroviários, pois a ação que questionava o Sindicato dos Metroviários como representante da categoria foi julgada procedente, e o Sindmetrô-CE perdeu sua representatividade.
Os dirigentes metroviários estão avaliando quais as medidas jurídicas cabíveis para questionar ou mudar essa decisão.

>> Minas Gerais e Pernambuco

A campanha salarial dos trabalhadores da CBTU deverá ter um desfecho no julgamento do dissídio pelo TST, em 14/09. Mas, seguindo orientação do Ministério do Planejamento, a empresa demitiu 36 aposentados com o argumento de que eles recebem dois proventos de uma mesma fonte: salário da CBTU (empresa estatal federal) e aposentadoria (INSS).
Vale ressaltar que esse argumento é questionável e o Sindicato entrou na Justiça contra esta medida discriminatória.
Já no que se refere ao PCS (Plano de Cargos e Salários), a CBTU deve apresentar nos próximos dias uma proposta final para ser avaliada pelos Sindicatos e pela categoria.

Audiência em SP reúne trabalhadores contra a privatização do sistema de arrecadação

No dia 26/8, centenas de trabalhadores lotaram o auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), junto com militantes dos movimentos populares e parlamentares, para protestar contra a privatização dos serviços de arrecadação das tarifas do transporte público.

Metroviários, ferroviários e condutores participaram de uma audiência pública organizada pelo Fórum em Defesa do Transporte Público, Contra as Privatizações – formado pelo Sindicato dos Metroviários-SP, Sindicato dos Ferroviários-SP, Sindicato da Sorocabana (Sinfer), Sindicato da Central do Brasil, e Sindicato dos Condutores-SP.

Herculano Falcão/Sindicato dos Metroviários de São Paulo

Fajardo denuncia acordo do governo para entregar serviço a um grande banco

Durante a audiência, foi unânime a contrariedade quanto à entrega desse serviço para a iniciativa privada. A Fenametro esteve presente e o seu presidente Wagner Fajardo denunciou que o acordo do governo do PSDB agora pretende entregar este serviço para um grande banco. Fajardo salientou também que o mais importante era a unidade das categorias de transporte para pressionar contra mais esse golpe ao patrimônio público.

Sindicalistas e trabalhadores argumentam que o Estado tem profissionais competentes para gerir todo o processo e, assim, reverter o lucro do negócio para o próprio Estado. Por isso, pretendem impedir, com medidas políticas e jurídicas, que governos municipal e estadual invistam bilhões no sistema e depois repasse o seu controle para a iniciativa privada, privatizando, assim, o lucro dos investimentos.

Além disso, o Fórum vai lutar pelos direitos e a manutenção dos postos de trabalho de profissionais capacitados e com experiência para atuar no sistema, haja vista que a empresa que assumir o sistema de arrecadação do transporte público também será responsável pela contratação de pessoal para atuar nas bilheterias, por exemplo.

Minas Gerais cria Movimento Pró-metrô e realiza audiência pública

O Sindimetrô-MG está realizando um trabalho conjunto com a sociedade, com outras entidades e associações de moradores para garantir a conclusão das obras de extensão do metrô, tendo em vista os recursos federais a serem liberados para a Copa do Mundo de 2014.

Há anos as obras de expansão do metrô estão paralisadas e, mesmo com a desapropriação de parte de uma área destinada a isso, não tiveram andamento. Diante disso, o Movimento Pró-metrô tem feito reuniões com deputados e vereadores da Grande Belo Horizonte e conseguiu a realização de uma audiência pública na Câmara dos Vereadores de BH, no dia 8 de setembro. Outras audiências também vão acontecer em Betim e Contagem.

A participação dos trabalhadores e da sociedade serão fundamentais para garantir verbas e, assim, levar o metrô a mais regiões, servindo a uma maior parcela da população.

Fenametro quer saber tamanho da dívida do governo com a REFER

A Fenametro, em conjunto com os Sindicatos do Rio de Janeiro, de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Ceará, vai fazer uma representação junto a Secretaria de Previdência Privada do Ministério da Saúde, para denunciar a inadimplência e exigir que os direitos dos metroviários que se aposentam e precisam ter a certeza de que vão receber seu beneficio previdenciário. O caso mais grave é o do Estado do Rio de Janeiro, onde o governo estadual está inadimplente há muitos anos e os metroviários cariocas da RioTrilhos, aposentados ou em vias de aposentadoria, estão com seus benefícios cotidianamente ameaçados.

Expediente: Jornal **METROVIÁRIOS DO BRASIL** é uma publicação da Fenametro – Federação Nacional dos Metroviários. Rua Serra do Japi, 31 – São Paulo/SP – CEP 03309-000 – Fone: (11) 2095.3605. **Presidente:** Wagner Fajardo – SP. **Diretor de Imprensa:** Renato Schuster. **Jornalista Responsável:** Lilian Ambar, MTb: 46182-SP. **Diagramação:** Século Comunicação Integrada. **Página na Internet:** www.fenametro.org.br. **E-mail:** fenametro@fenametro.org.br.